

IX Reunião do Comitê de Integração Fronteiriça.

ATA DA COMISSÃO DE SEGURANÇA

Reunidos membros da Polícia Militar de Santa Catarina, Bombeiro Militar de Santa Catarina; Polícia Militar do Paraná; Gendarmeria Nacional Argentina e Polícia de Misiones, foram discutidos os seguintes pontos:

a) Acordo para prestação de serviços de emergência e cooperação em defesa civil.

Os órgãos de emergência do Brasil prestam apoio em ocorrências de grande vulto no território Argentino, no entanto não há legislação que ampare tal situação, ou seja, havendo qualquer acidente ou sinistro envolvendo os profissionais brasileiros em território argentino, haveria problemas administrativos e judiciais. Foi assinado acordo entre Brasil e Argentina para prestação de serviço de emergência e defesa civil na fronteira. Precisa aprovação congressual e depois legislação estadual. Já houve acordo semelhante e portaria da Estratégia Nacional de Fronteira em 2015. Virou lei mas não foi implementado.

Em 4 de dezembro vai ser assinado acordo de segurança pública entre Província de Misiones e SC. Faltaria inclusão de PR e RS. .

b) Criar uma comissão de segurança.

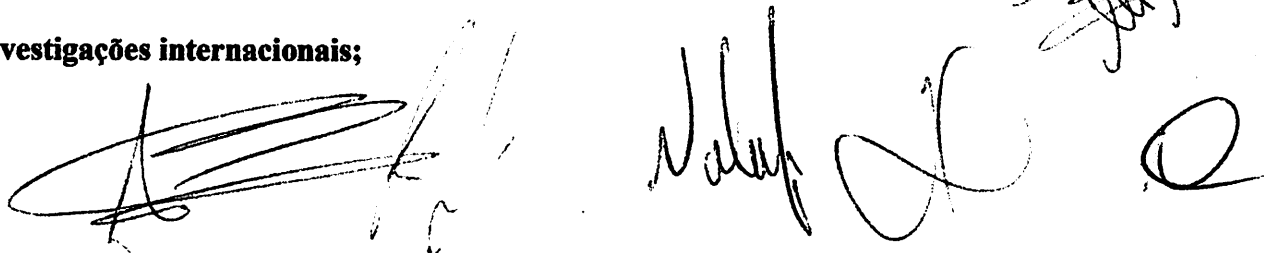
Atualidade: comissão de segurança criada na reunião de hoje.

C) Articulação de estratégias e ações operativas em matéria de segurança fronteiriça, mecanismos de cooperação e intercâmbio de informações sobre crimes e de segurança para o controle, vigilâncias e prevenção de ilícitos ao longo da linha de fronteira em matéria de luta contra o contrabando, o tráfico de drogas, o tráfico de pessoas, armas e outros delitos transnacionais conexas.

Atualidade: Os grandes comandos, legisladores e julgadores estão distantes da fronteira e não tem noção de como é a realidade fronteiriça. Quando há boa vontade entre os órgãos de segurança, fiscalização e controle locais, há troca de informações, **as quais partem da iniciativa local** no entanto, não existe nada institucionalizado e muitos atos são tomados até mesmo com incerteza jurídica. É cediço também que cada vez mais as facções criminosas tentam expandir e precisam para a expansão de seus negócios controlar e ter agentes do crime nas áreas de fronteira e os governos até o momento nada fizeram para ampliar os trabalhos em conjunto e fomentar a troca de informações. Também, não há investimentos na faixa de fronteira e o efetivo está defasado.

Proposta: Que o controle fronteiriço se torne uma política de estado e não de governo. Que se estudem meios legais de integração e troca de informações; Que seja criado banco de dados com as informações fronteiriças.

D) Investigações internacionais;



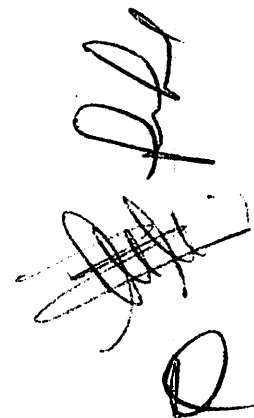
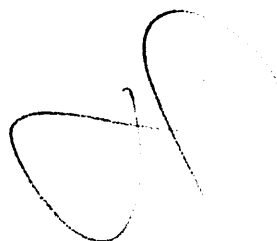
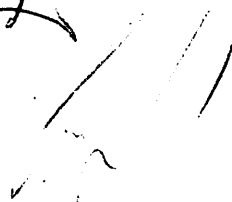
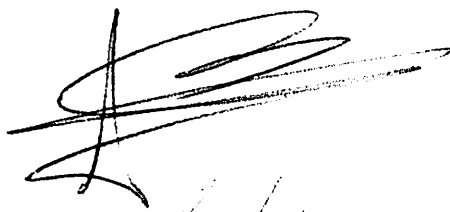
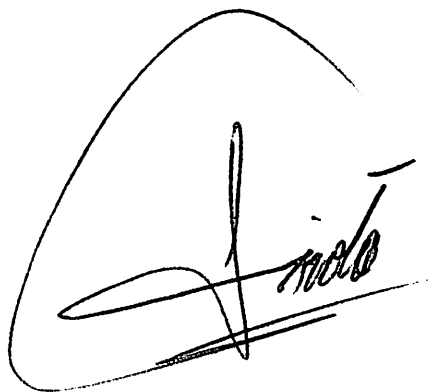
Que se possa ser realizadas investigações pelos órgãos de segurança locais (sem necessidade de envolvimento de instituições federais) podendo os orgaos locais repassar e receber informações e as mesmas serem utilizadas nas investigações. Outro ponto é que muitas vezes crimes são cometidos na fronteira por cidadãos de outra nacionalidade e após a conclusão das investigações, os pedidos judiciais, como por exemplo, mandados de prisão ou de busca e apreensão não são cumpridos haja vista essa falta de aporte jurídico e os criminosos ficam impunes. Exemplo em nossa região de um receptador argentino de carros e maquinas agrícolas furtadas no Brasil e que mesmo residindo a cinco metros da fronteira, mesmo havendo mandado de busca e prisão pelo Brasil contra o mesmo, esse continua impune e a cometer crimes.

E) CURSOS/ ESTÁGIOS INTERNACIONAIS

Que seja disponibilizados cursos internacionais com docentes e discentes de ambos os países para as forças de segurança que atuam na fronteira (federais e estaduais) visando uma melhor conhecimento das especificidades e legislações de ambos os Países, facilitando o trabalho e a integração das forças na fronteira. Uma idéia seriam os cursos do SENASP ou então, o governo federal destinar verbas para que os Estados realizem esses cursos com vagas para intercambio

Que sejam disponibilizados cursos de português e espanhol para os agentes dos órgãos de segurança, adequado os termos técnicos utilizados.

Que se incorpore um departamento especialista em cada área especifica para a investigação dos distintos tipos de delitos que afetam a nossa zona de fronteira: trafico de pessoas, narcotráfico, delitos informáticos, tráfico de veículos y maquinarias agrícolas.



SERRANO JUAN ANGEL (Policia Misiones)

KOTT ROSAMEU (Policia de Misiones)

González, Pablo Orlando (Policia de Misiones)

Centeno, Angel Benjamín (Gendarmeria Nacional)

Jorge Artur Cameu Júnior (Corpo de Bombeiros Militar de SC - 12ºBBM-SMO)

Nolan Rafael Volkweis (Corpo de Bombeiros Militar de SC - 2º/12ºBBM)

DEIZEN JUNIOR HOEFUGEN (PMSC Emi 2 Co/Pres) ^{Dionisio Guayave}

COMANDANTE HECTOR SIZOJA (GENDARMERIA NACIONAL)

SEGURIDAD